

A ENGRENAGEM DOS ALGORITMOS: AS REDES INFLUENCIAM O PENSAR, O SENTIR E O AGIR NA ERA DO COLONIALISMO DE DADOS?

Mayara Regina da Silva do Espírito Santo

<http://lattes.cnpq.br/7297180203329092>

<https://orcid.org/0009-0008-3798-9146>

E-mail: mayregina2023@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N4-08>

RESUMO: Este artigo realiza uma análise crítica do papel das mídias digitais na formação das subjetividades contemporâneas, focando especialmente nos impactos dos algoritmos, da desinformação e das dinâmicas de circulação de conteúdos na experiência de jovens estudantes. Amparado nas contribuições de Mark Fisher, Sônia Meneses, Shoshana Zuboff e Sérgio Amadeu, discute como o capitalismo de vigilância e o colonialismo de dados estruturam um ambiente informacional marcado pela lógica mercadológica do engajamento, em que a atenção é convertida em valor e a informação, em mercadoria. Nesse cenário, as redes sociais desempenham papel de mediadoras da realidade social, promovendo a formação de bolhas informacionais que reforçam crenças prévias, limitam a diversidade de perspectivas e fragilizam o pensamento crítico. O artigo problematiza os efeitos dessa dinâmica sobre a democracia e a educação, destacando como a naturalização do consumo veloz e fragmentado de informações contribui para a propagação da desinformação e para a superficialidade na relação com o conhecimento. Ao desafiar a ideia de neutralidade das tecnologias digitais, defende a importância de uma educação midiática que capacite os estudantes a compreender criticamente os processos de seleção, circulação e validação informacional no ambiente digital. Por fim, argumenta que a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar os mecanismos de vigilância, os algoritmos e as lógicas de mercado que permeiam as plataformas, são fundamentais para o fortalecimento de práticas democráticas na era digital.

PALAVRAS-CHAVE: Bolhas informacionais. Desinformação. Educação midiática.

THE MECHANISM OF ALGORITHMS: DO NETWORKS INFLUENCE HOW WE THINK, FEEL, AND ACT IN THE ERA OF DATA COLONIALISM?

ABSTRACT: This article provides a critical analysis of the role of digital media in the formation of contemporary subjectivities, focusing specifically on the impacts of algorithms, disinformation, and content circulation dynamics on the experiences of young students. Drawing on the contributions of Mark Fisher, Sônia Meneses, Shoshana Zuboff, and Sérgio Amadeu, it discusses how surveillance capitalism and data colonialism structure an information environment defined by a market-driven logic of engagement—one in which attention is converted into value, and information into a commodity. In this landscape, social media platforms act as mediators of social reality, fostering the creation of "information bubbles" that reinforce existing beliefs, limit the diversity of perspectives, and weaken critical thinking. The article examines the implications of this dynamic for democracy and education, highlighting how the normalization of rapid, fragmented information consumption contributes to the spread of disinformation and a superficial

engagement with knowledge. By challenging the notion that digital technologies are neutral, it advocates for the importance of media literacy—an education that empowers students to critically understand the processes by which information is selected, circulated, and validated within the digital sphere. Ultimately, it argues that the development of critical individuals—capable of questioning the surveillance mechanisms, algorithms, and market logics that permeate these platforms—is essential for strengthening democratic practices in the digital age.

KEYWORDS: Information bubbles. Disinformation. Media literacy.

VAMOS REFLETIR!

“Estamos imersos, do berço ao túmulo, numa sociedade de mídia e consumo... Por isso, aprender a questionar, analisar e atuar nesse ambiente cultural é requisito essencial para o pensamento crítico e a democracia participativa.”
Douglas Kellner (2001).

Certamente, o visível e o invisível estão profundamente relacionados às perspectivas pessoais, à realidade de cada indivíduo e ao significado que suas experiências possuem em suas vidas. Na sociedade atual, frequentemente permanecemos alheios ou até distraídos diante das dinâmicas sociais que nos cercam, pois perceber o contexto em que estamos inseridos torna-se difícil diante da superficialidade, da aceleração do tempo e, principalmente, da manipulação exercida pelas mídias. Essa manipulação não se limita à disseminação de informações falsas; é, sobretudo, um processo intencional de seleção do que pode ser visto, dito e considerado relevante.

Trata-se de um processo sutil, no qual o excesso de informações convive com filtros invisíveis, algoritmos, interesses econômicos e disputas políticas, que moldam aquilo que alcança os usuários. Nesse contexto, como já aponta Edward Bernays (2005), a formação da opinião pública não é espontânea, mas sim orientada por mecanismos que atuam diretamente sobre desejos, percepções e afetos.

Essa lógica de seleção e direcionamento não apenas informa, mas também configura modos de pensar e sentir, contribuindo para a construção de uma realidade que se apresenta como natural e incontestável. É nesse aspecto que a análise de Mark Fisher (2020) se revela particularmente esclarecedora: ao discutir o realismo capitalista, o autor demonstra como o capitalismo deixa de ser percebido apenas como um sistema histórico para tornar-se o próprio horizonte do possível. Dessa forma, a repetição de narrativas

como o sucesso individual, o empreendedorismo e a meritocracia não só circulam pelas mídias, mas se sedimenta como uma verdade.

Nesse processo, a crítica tende a ser esvaziada antes mesmo de se consolidar. A pluralidade aparente das mídias oculta uma homogeneização de perspectivas, na qual alternativas estruturais são invisibilizadas ou deslegitimadas. Assim, o que se produz não é apenas desinformação, mas uma limitação da imaginação social, pois outras formas de organização da vida coletiva deixam de ser vistas como possíveis.

Quando esse contexto se transfere para o ambiente escolar, sobretudo entre estudantes, o que se manifesta não é simplesmente conformismo entendido como passividade, mas uma espécie de acomodação produzida. Muitos jovens apresentam conforto em relação à lógica mercadológica, não necessariamente por adesão consciente, mas porque foram socializados em um ambiente onde essa lógica surge como a única referência viável. A ideia de “ser bem-sucedido”, por exemplo, frequentemente é reduzida à capacidade de inserção no mercado, apagando outras dimensões da formação humana.

Além disso, conforme destaca Ricardo Antunes (2020), o universo do trabalho contemporâneo reforça essa percepção ao apresentar formas precarizadas de inserção como oportunidades de autonomia e empreendedorismo. Nesse sentido, o estudante não apenas absorve discursos midiáticos, mas se prepara para um futuro moldado por essas expectativas, internalizando desde cedo valores como produtividade contínua, competitividade e responsabilização individual.

O resultado desse entrelaçamento entre mídia, cultura e trabalho é a formação de sujeitos que, muitas vezes, não se reconhecem como parte de uma estrutura desigual, mas como indivíduos empenhados em melhorar seu desempenho dentro dela. O desconforto, quando surge, tende a ser interpretado como falha pessoal, e não como manifestação das contradições mais amplas do sistema.

Diante disso, a questão que se impõe para a educação ultrapassa o simples ato de informar: trata-se de desnaturalizar o que foi apresentado como evidente. É necessário abrir fissuras nesse aparente consenso, criando espaços em que os estudantes possam questionar não apenas os conteúdos, mas as próprias condições que geram as verdades que consomem. Mais do que combater a desinformação, é fundamental promover uma

formação que recupere a dimensão crítica e imaginativa, permitindo que outras formas de pensar, viver e organizar a sociedade voltem a ser consideradas.

Refletir sobre a internet no presente implica confrontar uma tensão que, longe de ser solucionada, estrutura a experiência contemporânea: ao mesmo tempo em que se configura como um espaço de ampliação de vozes e democratização do acesso à informação, ela é profundamente marcada por interesses econômicos e estratégias de controle.

Durante longo período, e em certa medida ainda hoje, a internet foi concebida como um espaço de liberdade. Um território onde qualquer indivíduo poderia expressar-se, produzir, compartilhar e posicionar-se, rompendo com a centralização dos meios tradicionais de comunicação. Essa dimensão não é mera ilusão: de fato, houve uma ampliação das possibilidades de expressão e circulação de narrativas. Contudo, essa aparente horizontalidade convive com uma estrutura invisível, porém extremamente poderosa, que organiza o que pode ou não ser visualizado.

Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender que a internet contemporânea não é um espaço neutro. Ela é mediada por plataformas digitais que operam sob uma lógica empresarial, na qual a atenção dos usuários é convertida em valor econômico. Conforme destaca Shoshana Zuboff (2021), vivemos sob um modelo que transforma a experiência humana em matéria-prima para práticas comerciais, no qual “os dados comportamentais são extraídos, analisados e transformados em produtos de previsão” (Zuboff, 2021, p. 95). Portanto, não está em jogo apenas o acesso à informação, mas a forma como essa informação é estruturada, filtrada e direcionada.

Nesse contexto, a noção de manipulação precisa ser ampliada. Não se trata apenas da circulação de conteúdos falsos, mas de um processo mais sutil e intencional de seleção, em que algoritmos definem o que ganha visibilidade. O usuário, ao navegar, sente que exerce autonomia, contudo essa autonomia ocorre dentro de um campo previamente moldado.

Como já indicava Edward Bernays (2005), a opinião pública não se forma espontaneamente, sendo resultado de uma “manipulação consciente e inteligente dos

hábitos e opiniões das massas” (Bernays, 2005, p. 37). No ambiente digital, essa manipulação atinge uma escala e sofisticação inéditas.

Essa dinâmica favorece a formação de bolhas informacionais, nas quais os sujeitos entram majoritariamente em contato com conteúdos que reforçam suas próprias crenças. A pluralidade aparente oculta, assim, uma homogeneização de perspectivas, dificultando o confronto com o diferente e o desenvolvimento de uma reflexão crítica mais profunda. A internet, mais do que informar, molda percepções da realidade.

É exatamente nesse ponto que a reflexão de Mark Fisher (2020) se torna fundamental. Ao discutir o realismo capitalista, o autor demonstra como o capitalismo deixa de ser visto como um sistema entre outros para se tornar o próprio horizonte do pensável. Segundo Fisher, “não apenas o capitalismo é o único sistema viável, mas é impossível até mesmo imaginar uma alternativa coerente a ele” (Fisher, 2020, p. 10). Transposta para o universo digital, essa lógica esclarece por que a estrutura mercadológica da internet raramente é questionada: ela se apresenta como natural, inevitável, quase impossível de ser diferente.

Para os estudantes, essa realidade se apresenta de maneira especialmente intensa. Diferentemente de gerações anteriores, eles não vivenciaram um mundo desvinculado dessa lógica. Suas formas de sociabilidade, expressão e aprendizagem já estão profundamente mediadas por plataformas digitais. Nesse contexto, o que muitas vezes é interpretado como acomodação ou conformismo exige uma leitura mais cuidadosa. Trata-se, antes, de uma acomodação produzida, fruto de um processo contínuo de socialização em um ambiente que valoriza visibilidade, desempenho e reconhecimento imediato.

A busca por curtidas, compartilhamentos e engajamento não é apenas uma prática superficial, mas um indicativo do modo como a lógica mercadológica atravessa a constituição das subjetividades. Como aponta Ricardo Antunes (2020), o capitalismo contemporâneo expande sua racionalidade para além do espaço do trabalho, produzindo sujeitos orientados pela produtividade e pela competição, mesmo em esferas da vida que antes escapavam a essa lógica (Antunes, 2020, p. 19). Assim, o estudante não apenas consome conteúdos, mas aprende a se posicionar dentro de um sistema que transforma a interação em valor.

Diante disso, torna-se insuficiente pensar a internet apenas como problema ou solução. Ela é, simultaneamente, espaço de possibilidade e controle. O desafio que se impõe, especialmente no campo educacional, é tornar visíveis as estruturas que operam nesse ambiente, desnaturalizando aquilo que se apresenta como dado.

Mais do que combater a desinformação, é fundamental criar condições para que os estudantes compreendam como as informações são produzidas, selecionadas e circulam. Trata-se, em última análise, de resgatar a capacidade de questionar o que parece óbvio e, com isso, reabrir o campo da imaginação crítica, tão limitado no interior do que Fisher denomina realismo capitalista.

A comunicação e a difusão de informações, longe de configurarem-se como processos neutros, apresentam-se historicamente como campos de disputa, atravessados por relações de poder que definem o que pode ser dito, por quem e com quais efeitos. No contexto contemporâneo, marcado pela centralidade das plataformas digitais, essa disputa assume novas formas, notadamente por meio do que se denomina colonialismo de dados.

No Sul Global, essa problemática ganha contornos ainda mais complexos. A expansão das mídias sociais, frequentemente apresentada como sinônimo de inclusão digital e democratização do acesso, também funciona como mecanismo de extração e apropriação de dados em larga escala.

Nesse sentido, como argumentam Couldry e Mejias (2019), “o colonialismo de dados representa uma nova fase na história da exploração, na qual a vida humana é apropriada por meio de sua tradução em dados” (Couldry; Mejias, 2019, p. 3). Trata-se, portanto, de uma reconfiguração das lógicas coloniais, agora mediada por infraestruturas tecnológicas.

Essa dinâmica exige compreender que os dados gerados cotidianamente — como interações, preferências, deslocamentos e formas de consumo — não são registros neutros da experiência, mas recursos estratégicos apropriados por grandes corporações, majoritariamente situadas no Norte Global. Dessa forma, a comunicação digital transcende a mera circulação de informações e configura-se como um território de extração de valor, em que sujeitos e práticas sociais são continuamente transformados em ativos econômicos.

Simultaneamente, essa lógica de extração está diretamente ligada à produção e disseminação de conteúdos. Os algoritmos que organizam o fluxo informacional operam conforme interesses comerciais, priorizando aquilo que gera maior engajamento e, conseqüentemente, maior rentabilidade. Como destaca Zuboff (2021), esse modelo sustenta-se na capacidade de “prever e modificar comportamentos humanos como meio de produção de lucro” (Zuboff, 2021, p. 96). Assim, não apenas os dados são capturados, mas as próprias formas de percepção e ação dos sujeitos passam a ser orientadas por essas estruturas.

Nesse cenário, a comunicação revela-se com ainda mais clareza como um campo de disputa. A seleção, hierarquização e circulação das informações não ocorrem aleatoriamente, mas respondem a uma lógica que integra interesses econômicos, políticos e culturais. No Sul Global, isso significa que narrativas locais frequentemente são subordinadas a dinâmicas globais, reforçando assimetrias históricas e restringindo a diversidade de perspectivas.

Essa configuração dialoga diretamente com o conceito de realismo capitalista, conforme formulado por Mark Fisher. Ao naturalizar a presença e o funcionamento dessas plataformas, cria-se a percepção de que alternativas não existem, tornando invisíveis as estruturas de extração e controle. Como observa Fisher (2020), o capitalismo passa a ocupar “o horizonte do pensável” (Fisher, 2020, p. 12), dificultando a problematização de suas formas contemporâneas, inclusive aquelas mediadas pelo digital.

A reflexão que emerge da análise apresentada na dissertação de Silva (2026) evidencia a importância de deslocar o foco da mera identificação da desinformação para uma compreensão mais ampla de suas raízes e das condições que favorecem sua circulação.

Embora a verificação de fatos e o combate às fake news sejam etapas essenciais, é igualmente crucial explorar os aspectos sociais, políticos e econômicos que permitem o surgimento e a perpetuação de narrativas distorcidas no ambiente digital. Nesse contexto, a escola e os educadores desempenham papel fundamental ao promover uma educação crítica que transcenda a mera transmissão de conteúdos factuais, incorporando reflexões sobre as estruturas que sustentam a desinformação.

Essa análise também conduz à compreensão de que combater a desinformação não se restringe a tarefas técnicas ou cognitivas, mas envolve questões de justiça social, inclusão digital e responsabilidade ética. Como ressalta a dissertação, os ambientes digitais nas periferias do sistema global tornam-se arenas de disputa de sentidos, onde estratégias de manipulação podem se consolidar facilmente, aprofundando desigualdades e fragmentando o debate público. Assim, a construção de uma capacidade crítica de leitura e interpretação das fontes digitais representa uma forma efetiva de resistência contra narrativas falsas e um instrumento de fortalecimento da democracia.

Por fim, cabe refletir sobre o papel da sociedade na formação de uma cultura de responsabilidade e ética no uso das tecnologias. Deslocar o olhar para as condições estruturais da circulação da informação proporciona uma perspectiva mais ampla e eficaz para o enfrentamento da desinformação, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e atuantes na construção de uma memória democrática e plural. Nesse cenário, a escola transcende seu papel tradicional de transmissão do conhecimento e passa a configurar-se como agente de transformação social, capaz de promover não apenas o entendimento do passado, mas também a compreensão crítica do presente.

Diante disso, torna-se fundamental ampliar a perspectiva: não se trata apenas de analisar conteúdos ou identificar desinformação, mas de compreender as condições estruturais que possibilitam sua produção e circulação. Isso implica reconhecer que a internet, especialmente nas periferias do sistema global, representa não só um espaço de acesso, mas também um território de exploração.

Assim, pensar a comunicação no tempo presente requer situá-la dentro dessas disputas, entendendo que a disseminação de informações está intrinsecamente ligada a processos de poder, controle e resistência. No campo educacional, essa reflexão é ainda mais urgente, pois possibilita a formação de sujeitos capazes de não apenas consumir informações, mas de questionar criticamente as estruturas que as produzem, abrindo caminho para outras formas de existência e produção de conhecimento no mundo digital.

No contexto do capitalismo digital contemporâneo, as juventudes desempenham papel central na configuração das subjetividades mediadas pelas mídias digitais. Essas plataformas, impulsionadas por interesses econômicos, técnicos e ideológicos, moldam

percepções, emoções e identidades, constituindo modos de pensar, sentir e agir profundamente influenciados pelo ambiente digital.

Conforme destacado na dissertação de Mayara Regina da Silva (2026), as práticas midiáticas dos jovens ultrapassam o consumo passivo de conteúdos, englobando experiências complexas de leitura, interpretação e ressignificação de informações, frequentemente permeadas por discursos de desinformação, fake news e negacionismo.

A circulação de narrativas distorcidas, especialmente relacionadas à história do Nazismo e a outros eventos históricos cruciais, evidencia como as estratégias de manipulação se beneficiam do funcionamento algorítmico das redes sociais e das plataformas de streaming, que potencializam o fenômeno das bolhas informacionais e reforçam as crenças dos usuários.

Nesse sentido, as subjetividades juvenis muitas vezes se mostram suscetíveis a esse tipo de influência, formando indivíduos que podem oscilar entre o engajamento crítico e a perpetuação de discursos inflamatórios ou negacionistas. A facilidade de acesso às informações, aliada à ausência de um letramento midiático aprofundado, contribui para a vulnerabilidade dessas subjetividades frente às estratégias de manipulação vigentes no capitalismo digital.

Entretanto, a mesma pesquisa indica potencial para a resistência e o desenvolvimento de práticas de autonomia crítica. Por meio de ações pedagógicas centradas no letramento midiático e na reflexão historiográfica, é possível fortalecer a capacidade dos jovens de questionar fontes, identificar interesses políticos e compreender as estratégias discursivas que operam no ambiente digital.

A formação de sujeitos críticos, capazes de dialogar com as narrativas presentes nas mídias, revela-se fundamental para que esses jovens não se limitem a espectadores passivos, mas se tornem agentes ativos na construção de suas identidades e opiniões, pautadas na análise crítica e na ética.

Dessa maneira, a reflexão sobre as práticas mediadas pelas mídias digitais demonstra que a formação de subjetividades no capitalismo contemporâneo constitui um campo de disputa entre processos de dominação e práticas de resistência. Enquanto as

plataformas digitais tendem a promover identidades fragmentadas e influenciadas por interesses econômicos e ideológicos, também oferecem possibilidades de autonomia, educação e empoderamento crítico.

Assim, a emergência de uma escola que dialogue com essa realidade, promovendo ações de letramento crítico, apresenta-se como estratégia imprescindível para formar jovens capazes de identificar, resistir e transformar as formas de manipulação das memórias e narrativas históricas, fortalecendo uma cultura democrática e cognitiva diante das forças do capitalismo digital.

Pensar os estudantes jovens na contemporaneidade implica, inevitavelmente, refletir sobre sua formação em um mundo profundamente mediado por tecnologias digitais. Trata-se de uma geração que não apenas utiliza a internet, mas que foi constituída dentro dela, aprendendo a comunicar-se, informar-se e reconhecer-se a partir de plataformas que operam sob lógicas específicas. Nesse cenário, o consumo de informações não constitui um ato neutro, mas faz parte de um processo amplo de formação de subjetividades.

O que está em jogo ultrapassa o mero acesso a conteúdos: envolve a maneira como esses conteúdos são organizados, apresentados e internalizados. No contexto do capitalismo tardio, as tecnologias digitais deixaram de ser meras ferramentas para tornar-se infraestruturas centrais da vida social.

Conforme aponta Mark Fisher, vivemos sob o domínio do realismo capitalista, no qual “não apenas o capitalismo é o único sistema viável, mas é impossível até mesmo imaginar uma alternativa coerente a ele” (Fisher, 2020, p. 10). Essa percepção não se impõe explicitamente, mas infiltra-se nas práticas cotidianas, moldando expectativas, desejos e formas de pensar.

Nesse ambiente, as plataformas digitais, controladas por grandes corporações tecnológicas, desempenham papel central. Elas organizam a circulação informacional por meio de algoritmos que priorizam o engajamento e a rentabilidade, convertendo dados em mercadorias e usuários em ativos econômicos. Trata-se do que Shoshana Zuboff denomina capitalismo de vigilância, no qual “os dados comportamentais são extraídos, analisados e utilizados para prever e influenciar ações futuras” (Zuboff, 2021, p. 96).

Dessa forma, os estudantes não apenas consomem conteúdos, mas têm suas interações continuamente monitoradas e orientadas.

Essa dinâmica aprofunda-se quando examinada à luz do conceito de colonialismo de dados. Como argumentam Couldry e Mejias, vivemos uma nova forma de apropriação, em que “a vida humana é capturada e transformada em dados para fins de exploração econômica” (Couldry; Mejias, 2019, p. 3). No Sul Global, esse processo revela uma continuidade das relações coloniais, agora mediadas por tecnologias, em que experiências, culturas e práticas locais são subsumidas a uma lógica global de extração e lucro.

Nesse contexto, as tecnopolíticas compreendidas como o conjunto de estratégias de poder que operam por meio das tecnologias assumem centralidade. A vigilância constante, a mediação algorítmica e a atuação das big techs configuram um ambiente onde a liberdade de expressão coexiste com formas sofisticadas de controle. A aparente autonomia do usuário oculta um campo estruturado por interesses econômicos e políticos, no qual a visibilidade, a relevância e até mesmo a verdade são condicionadas por critérios mercadológicos.

Nesse contexto, emergem fenômenos como a pós-verdade e a desinformação, que vão além da mera circulação de notícias falsas para configurar uma reorganização do regime de verdade. Em tais circunstâncias, emoções, crenças e identificações ganham maior peso do que as evidências. As plataformas, ao privilegiar conteúdos que geram maior engajamento, acabam favorecendo a disseminação de narrativas polarizadas e simplificadoras, dificultando o exercício de uma leitura crítica da realidade.

Para os estudantes, essas dinâmicas possuem implicações profundas. A construção da identidade, que historicamente envolvia múltiplas mediações, passa a ser fortemente atravessada por métricas digitais, como curtidas, visualizações e compartilhamentos. O reconhecimento social associa-se cada vez mais à visibilidade online, estabelecendo uma relação direta entre existência e performance. Nesse processo, como já sugeria Mark Fisher, o sujeito internaliza as exigências do sistema, autogerindo-se sob as lógicas da produtividade e da exposição constante.

Os efeitos psicológicos desse cenário não devem ser negligenciados. Ansiedade, sensação de inadequação, necessidade de validação e esgotamento tornam-se experiências recorrentes entre jovens submetidos a uma pressão contínua por desempenho acadêmico, social e digital. Como observa Fisher, “a depressão deve ser compreendida não apenas como uma condição individual, mas como um problema político” (Fisher, 2020, p. 30), evidenciando a relação entre sofrimento psíquico e organização social.

A dissertação de Mayara Regina da Silva do Espírito Santo destaca que tais efeitos psicológicos, decorrentes da circulação de desinformação e discursos negacionistas, sobretudo sobre temas sensíveis como o Nazismo, são profundos e multifacetados. A propagação de narrativas distorcidas e a manipulação de fatos históricos podem contribuir para a banalização do sofrimento, o fortalecimento de preconceitos e a intensificação de discursos de ódio entre jovens e comunidades. Esses impactos revelam uma realidade em que a manipulação da informação não apenas distorce a compreensão histórica, mas também influencia emoções, atitudes e comportamentos, promovendo frequentemente a intolerância e a radicalização.

A pesquisa enfatiza a importância de estratégias pedagógicas que promovam o letramento midiático e uma formação crítica, capazes de fortalecer a autonomia cognitiva dos estudantes diante das informações a que têm acesso. Ao fomentar uma reflexão crítica sobre as narrativas, apoiando-os na construção de uma compreensão baseada em dados históricos rigorosos, é possível mitigar efeitos psicológicos negativos, como a desumanização e a perda do senso crítico. Tais ações contribuem para o fortalecimento de uma identidade social mais receptiva, empática e consciente, prevenindo estados emocionais adversos, como medo, ansiedade ou desinteresse pela compreensão do passado.

Dessa forma, a dissertação ressalta que a educação, quando orientada para a formação de cidadãos críticos e conscientes, atua preventivamente e formativamente, reduzindo os impactos psicológicos negativos das Fake News e do negacionismo. Essa visão reforça que o ensino de História transcende a mera transmissão de conteúdos factuais, devendo também cultivar uma postura ética e reflexiva, que contribua para a saúde emocional e psicológica dos jovens, auxiliando-os a navegar de modo mais seguro

pelo complexo universo digital e social contemporâneo. Assim, a formação de uma consciência histórica rigorosa e crítica torna-se uma estratégia fundamental não apenas para o entendimento do passado, mas para promover um ambiente emocional mais equilibrado e democrático.

Diante disso, o que frequentemente é interpretado como acomodação ou conformismo dos estudantes frente ao sistema exige análise mais abrangente. Trata-se, antes, de sujeitos formados em um ambiente no qual alternativas são sistematicamente invisibilizadas. O conforto aparente não representa necessariamente adesão consciente, mas é resultado de um processo de socialização que naturaliza determinadas maneiras de viver, consumir e pensar.

Portanto, a questão central transcende o simples uso das tecnologias, envolvendo a compreensão das estruturas que as sustentam. Pensar a educação nesse contexto exige ir além da transmissão de conteúdos, investindo na formação de uma consciência crítica capaz de problematizar as relações entre mídia, poder e sociedade. O objetivo é permitir que os estudantes reconheçam que aquilo que lhes aparece como natural seja o funcionamento das plataformas, seja a lógica do mercado é, na verdade, o resultado de escolhas históricas, e, portanto, passível de transformação.

Em um cenário marcado pelo entrelaçamento entre capitalismo tardio, realismo capitalista, colonialismo de dados e tecnopolíticas, a educação assume papel fundamental: não apenas o de informar, mas o de reabrir o campo do possível, tensionando as formas de pensar que limitam a imaginação e a ação dos sujeitos no mundo contemporâneo.

As promessas iniciais da internet como espaço democrático, aberto e horizontal entram, no presente, em tensão com as formas concretas de sua organização. Num ambiente dominado pelas plataformas digitais, a democracia passa a ser permeada por dinâmicas que desafiam seus princípios fundamentais, tais como pluralidade, transparência e participação informada.

A partir da hipótese do colonialismo de dados, proposta por Sérgio Amadeu, compreende-se que a internet não atua apenas como meio de comunicação, mas se configura como um espaço de extração e controle. Conforme aponta o autor, os dados produzidos pelos usuários suas interações, preferências e comportamentos são

apropriados por grandes corporações, transformando-se em ativos estratégicos dentro de uma lógica neoliberal de acumulação (Amadeu, 2021, p. 12). Nesse contexto, a experiência digital ultrapassa a mera participação e insere-se em um sistema de exploração informacional.

Essa dinâmica traz implicações diretas para a democracia. Primeiramente, desloca o eixo do poder: decisões que influenciam o debate público passam a ser mediadas por plataformas privadas, cujos critérios de funcionamento permanecem opacos e estão fora do controle democrático. Os algoritmos, ao definirem o que ganha visibilidade, interferem na formação da opinião pública, instaurando assimetrias no acesso à informação.

Ademais, a lógica neoliberal que sustenta essas plataformas privilegia o engajamento e o lucro em detrimento da qualidade do debate público. A circulação de conteúdos torna-se orientada pela capacidade de gerar atenção, favorecendo a disseminação de desinformação, discursos polarizados e narrativas simplificadoras. Nesse cenário, a esfera pública digital fragmenta-se, dificultando a construção de consensos.

Outro aspecto fundamental é o agravamento das desigualdades. No contexto do Sul Global, o colonialismo de dados manifesta-se por meio da apropriação, por empresas transnacionais, das informações produzidas localmente, sem que haja retorno proporcional em termos de desenvolvimento, autonomia ou soberania tecnológica. Como destaca Amadeu, configura-se uma nova forma de dependência, em que “os países periféricos se tornam fornecedores de dados para as economias centrais” (Amadeu, 2021, p. 18).

Essa condição impacta diretamente a democracia, ao restringir a capacidade de Estados e sociedades regularem seus próprios ambientes informacionais. A soberania, nesse contexto, é tensionada por atores privados globais que atuam acima das fronteiras nacionais, influenciando processos políticos, eleições e dinâmicas sociais.

Para os cidadãos e, especialmente, para os estudantes, essa realidade se traduz em uma experiência democrática mediada por estruturas invisíveis. A participação política ocorre frequentemente em plataformas que direcionam conteúdos, organizam debates e

filtram informações, sem que seus critérios sejam plenamente compreendidos. Dessa forma, a ideia de liberdade de expressão convive com formas sutis de controle e indução.

Frente a esse quadro, a democracia na era digital não pode ser concebida apenas em termos de acesso ou participação formal. Torna-se imprescindível considerar as condições materiais e tecnológicas que estruturam esse ambiente. A luta democrática exige, portanto, enfrentamento de questões como a regulação das plataformas, proteção de dados, transparência algorítmica e soberania digital.

Mais do que nunca, torna-se fundamental cultivar uma consciência crítica acerca dessas dinâmicas, reconhecendo que o espaço digital é também um espaço político. Em meio à desordem informacional, à vigilância e à lógica mercadológica, a democracia não desaparece; ela se transforma em um campo de disputa onde diferentes interesses, projetos e formas de poder estão em constante confronto.

A realidade contemporânea impõe-se de modo cada vez mais evidente. As crises ambientais se agravam, as desigualdades sociais aprofundam-se, e os conflitos tornam-se mais frequentes e visíveis. Não se trata mais de um problema distante ou abstrato: os impactos desse modelo de organização da vida já permeiam o cotidiano, afetando diretamente as formas de viver, sentir e projetar o futuro. Ainda assim, mesmo diante desse quadro, parece persistir uma sensação difusa e quase generalizada de inexistência de alternativas viáveis.

Essa percepção não surge por acaso. Ela está profundamente articulada ao que Mark Fisher denomina realismo capitalista, isto é, a consolidação de um horizonte em que o capitalismo não apenas domina, mas é percebido como inevitável. Conforme o autor afirma, “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Fisher, 2020, p. 11). Essa afirmação, longe de ser mera provocação, traduz uma experiência concreta: mesmo diante da possibilidade real de colapsos ambiental e social, a transformação estrutural do sistema permanece praticamente impensável.

Nesse contexto, a sensação de esgotamento e de ausência de perspectivas torna-se cada vez mais prevalente, sobretudo entre os jovens. Ansiedade, medo e insegurança não podem ser compreendidos somente como questões individuais, mas sim como sintomas de um tempo histórico marcado pela instabilidade e pela pressão constante.

Como sugere Fisher, o sofrimento psíquico deve ser entendido também como fenômeno político, na medida em que está diretamente relacionado às condições materiais e simbólicas da vida social.

Paralelamente, a cultura contemporânea parece operar em uma ambivalência latente. Filmes, músicas e outras produções culturais frequentemente ensaiam críticas ao sistema, revelando suas contradições e imaginando cenários alternativos. Contudo, essas mesmas produções são muitas vezes absorvidas pela lógica mercadológica, convertendo a crítica em produto e a contestação em estilo. Assim, o que poderia abrir fissuras no imaginário social acaba reintegrado ao circuito do consumo, reforçando aquilo que pretendia questionar.

Nesse processo, o capitalismo não organiza apenas a economia, mas também molda subjetividades. A norma silenciosa de que cada indivíduo deve comportar-se como uma empresa de si mesmo sempre produtivo, eficiente e em constante aperfeiçoamento impõe-se como padrão. O valor do sujeito passa a ser mensurado por sua capacidade de performar, produzir e destacar-se, seja no trabalho ou nas redes sociais. Vive-se, dessa forma, em um estado quase permanente de autoavaliação, no qual pausas, dúvidas ou fracassos são percebidos como inadequações.

Essa lógica contribui para a construção de uma vida vivida no automático, orientada pelo consumo e pela repetição de padrões. O tempo se fragmenta, a atenção torna-se objeto de disputa e a experiência passa a ser cada vez mais mediada por dispositivos que organizam o que deve ser visto, sentido e desejado. Nesse contexto, o conforto oferecido pelo sistema não corresponde exatamente à estabilidade, mas a uma espécie de acomodação funcional, que permite a continuidade das operações mesmo diante de contradições evidentes.

O aspecto talvez mais inquietante seja essa coexistência entre crise e continuidade. O mundo apresenta sinais claros de esgotamento, mas as formas de organização que o produziram seguem sendo replicadas, muitas vezes sem questionamento. Isso não implica ausência de crítica, mas evidencia a dificuldade de convertê-la em ação coletiva e em projetos alternativos.

Diante desse quadro, pensar o presente, especialmente a partir da perspectiva dos jovens e estudantes, exige mais do que a simples descrição de problemas. É necessário criar condições para que aquilo que parece inevitável retorne a ser questionado. Se o realismo capitalista limita a imaginação, um dos desafios centrais da educação e da reflexão crítica é justamente reabrir o campo do possível, possibilitando que outras formas de vida, menos marcadas pela lógica da performance, do consumo e da exaustão, possam ser novamente concebidas e desejadas.

Conceber a internet apenas como ferramenta mostra-se hoje insuficiente. Apesar de continuar sendo um meio de comunicação e de acesso à informação, sua complexidade contemporânea demanda compreendê-la como uma infraestrutura de poder, na qual se articulam vigilância, controle e interesses econômicos em escala global. Nesse sentido, a ideia de neutralidade tecnológica se desfaz, dando lugar à percepção de que as plataformas digitais atuam como mediadoras ativas da vida social.

A vigilância, nesse contexto, não se manifesta mais de forma visível ou coercitiva, mas como um processo contínuo e naturalizado. Ao navegar, interagir ou simplesmente permanecer conectado, os usuários produzem dados capturados, armazenados e analisados. Como aponta Sérgio Amadeu, essa dinâmica configura um modelo em que “a coleta massiva de dados se torna elemento central das estratégias de poder e de acumulação no capitalismo informacional” (Amadeu, 2016, p. 45). Assim, o que aparenta ser uso livre da internet é simultaneamente um processo de produção de valor para grandes corporações.

Nesse cenário, redes sociais e plataformas digitais assumem papel decisivo. Elas não apenas hospedam conteúdos, mas organizam a visibilidade, definindo o que circula, o que ganha destaque e o que permanece invisível. Os algoritmos, guiados por interesses mercadológicos, atuam na seleção das informações, criando ambientes personalizados que condicionam a percepção dos usuários. Trata-se de uma modalidade sutil de poder, na qual a manipulação não se dá necessariamente pela imposição direta, mas por meio da curadoria invisível do mundo social.

É nesse ponto que a noção de domínio público começa a se tensionar. Frequentemente associada a um espaço aberto e coletivo, a internet passa a ser

atravessada por processos de privatização. Plataformas que concentram grande parte das interações sociais, como redes sociais, mecanismos de busca e serviços de comunicação, estão controladas por empresas privadas que definem suas regras, políticas e modos de funcionamento. Como destaca Amadeu, observa-se uma crescente “apropriação privada de espaços que antes eram compreendidos como comuns” (Amadeu, 2016, p. 52), o que coloca em xeque a própria ideia de esfera pública digital.

Diante disso, surge uma questão fundamental: a internet tem dono? Em termos técnicos, sua infraestrutura é distribuída e envolve múltiplos atores, incluindo Estados, empresas, organizações e usuários. Contudo, do ponto de vista da experiência cotidiana, o acesso à internet ocorre majoritariamente por meio de plataformas privadas, o que significa que grande parte da vida digital está submetida a interesses corporativos. Assim, não se trata de propriedade no sentido tradicional, mas de controle sobre fluxos, dados e interações.

Essa realidade conecta-se diretamente ao debate sobre soberania. Tradicionalmente associada aos Estados, a soberania é tensionada no ambiente digital, onde corporações transnacionais detêm poder significativo sobre informações, comportamentos e até mesmo processos políticos. No Sul Global, essa questão reveste-se de maior crítica, uma vez que os dados produzidos localmente são frequentemente apropriados por empresas sediadas no Norte Global, reforçando dinâmicas de dependência e desigualdade.

A privatização da internet, nesse sentido, vai além da mera posse de infraestruturas: configura a transformação de um espaço potencialmente público em um ambiente regido por lógicas de mercado. O que está em jogo é a conversão das interações sociais, da comunicação e da produção de conhecimento em ativos econômicos. Dessa forma, aquilo que poderia fortalecer práticas democráticas passa, com frequência, a ser orientado por critérios de rentabilidade, engajamento e controle.

Para os estudantes e jovens, essa configuração traz implicações profundas. Ao utilizarem a internet como espaço de sociabilidade, informação e expressão, eles estão simultaneamente inseridos em um sistema de vigilância e condicionamento. Seus comportamentos são monitorados, suas preferências moldadas e suas interações mediadas

por estruturas cuja transparência é limitada. Ainda assim, essa realidade tende a ser percebida como natural, dificultando sua problematização.

Diante disso, pensar a internet no tempo presente exige um deslocamento do olhar: não se trata apenas de discutir seu uso, mas de compreender quem a controla, como opera e a serviço de quais interesses. Em um cenário marcado pela vigilância, manipulação de dados e privatização dos espaços digitais, a defesa de uma internet mais democrática depende necessariamente da disputa por transparência, regulação e soberania elementos fundamentais para que o ambiente digital possa, de fato, constituir-se como um espaço público.

Considerar o acesso à internet como um avanço democrático requer hoje uma problematização mais cuidadosa. Se, por um lado, a ampliação do acesso amplia a circulação de informações e a participação social, por outro, esse ambiente é permeado por dinâmicas que tensionam profundamente a própria noção de verdade e conhecimento.

Nesse sentido, conforme destaca Sônia Meneses, vivemos um tempo marcado por intensas disputas em torno dos usos do passado e pela consolidação de práticas que fragilizam os critérios de validação do saber histórico.

Os algoritmos utilizados por plataformas de redes sociais como Instagram, TikTok e YouTube desempenham um papel central na formação de bolhas informacionais, contribuindo para a amplificação de narrativas polarizadoras e a circulação de desinformação.

Esses algoritmos personalizam o conteúdo exibido aos usuários com base em seus comportamentos prévios, incluindo preferências de visualização, interações e tempo de permanência em determinados tipos de conteúdo. Como consequência, existe uma tendência de que os usuários sejam direcionados a informações que reforçam suas crenças e opiniões preexistentes, dificultando o contato com perspectivas divergentes e favorecendo o fenômeno das "câmaras de eco" (Pariser, 2011).

No TikTok, por exemplo, o sistema de recomendação baseado em engajamento prioriza vídeos que geram respostas emocionais rápidas, favorecendo conteúdos sensacionalistas ou com forte apelo afetivo, o que potencializa a formação de bolhas

informacionais em que ideais e crenças são reforçados de maneira contínua (Meta & MIT Media Lab, 2022).

Dados recentes do *Reuters Institute Digital News Report* (2023) revelam que aproximadamente 60% dos espectadores no YouTube percebem que as recomendações de vídeos tendem a confirmar suas opiniões existentes, contribuindo para o isolamento informacional e dificultando o reconhecimento de narrativas alternativas (Pew Research Center, 2021).

Além disso, o impacto desses mecanismos algoritmos na circulação de fake news e discursos polarizadores tem sido objeto de estudos que evidenciam o aumento de conteúdos emocionalmente carregados, capazes de manipular percepções e aprofundar divisões sociais.

Segundo relatório da UNESCO (2023), plataformas digitais utilizam algoritmos que favorecem conteúdos sensacionalistas e propagadores de desinformação, dificultando o trabalho de investigação crítica e naturalizando narrativas distorcidas sobre eventos históricos importantes, como o Holocausto ou o nazismo.

Esses dados demonstram a necessidade de uma abordagem pedagógica que desenvolva no estudante a consciência crítica frente às estratégias de manipulação presentes no ambiente digital. Como aponta o estudo de Cesarino (2022), a formação de uma leitura crítica das bolhas digitais é imprescindível na educação contemporânea, a fim de promover autonomia na interpretação das informações e combater as fakes News.

A desinformação, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como erro ou ausência de informação, mas como parte de um processo mais amplo de produção de narrativas que circulam e ganham legitimidade no interior das mídias digitais. Segundo Meneses, trata-se de um cenário em que “os usos abusivos do passado se articulam com a lógica da pós-verdade, na qual a adesão a determinadas narrativas se sobrepõe à verificação dos fatos” (Meneses, 2019, p. 8). Assim, o problema vai além do conteúdo em si, envolvendo as condições que permitem sua circulação e aceitação.

Nesse ponto, a dimensão mercadológica das plataformas torna-se central. As redes sociais operam sob uma lógica em que visibilidade e alcance estão diretamente vinculados

a métricas como curtidas, compartilhamentos e visualizações. O valor de um conteúdo passa a ser medido não por sua consistência ou rigor, mas pela sua capacidade de gerar engajamento. Nesse cenário, narrativas simplificadoras, sensacionalistas ou alinhadas a crenças prévias tendem a circular mais intensamente, pois mobilizam afetos e reações imediatas.

Essa dinâmica contribui para a formação de bolhas informacionais, em que os sujeitos são continuamente expostos a conteúdos que reforçam suas próprias visões de mundo. A repetição e a validação social expressas nos likes e no número de acessos funcionam como mecanismos de legitimação, criando uma sensação de verdade compartilhada. Como consequência, a distinção entre conhecimento fundamentado e opinião torna-se cada vez mais difusa.

No campo político, os efeitos dessa lógica revelam-se particularmente significativos. A circulação de desinformação, aliada à busca por engajamento, favorece a polarização e a radicalização dos discursos, dificultando a realização de um debate público qualificado. A ausência de uma regulação eficaz amplia esse problema, na medida em que as plataformas mantêm o controle exclusivo sobre os critérios de visibilidade, sem oferecer transparência suficiente, atuando como mediadoras centrais da esfera pública digital.

Para os estudantes, inseridos desde cedo nesse ambiente, essa dinâmica tende a ser naturalizada. O consumo de informações ocorre em um fluxo contínuo, rápido e fragmentado, no qual a reflexão crítica frequentemente é substituída pela reação imediata. A validação por meio de curtidas e compartilhamentos não apenas organiza o que é visualizado, mas também influencia o que passa a ser considerado relevante, verdadeiro ou digno de atenção.

Nessa perspectiva, conforme sugere Sônia Meneses, o desafio vai além do combate a conteúdos falsos, abrangendo a necessidade de compreender e problematizar as condições que permitem sua circulação.

Trata-se de reconhecer que a desinformação está profundamente articulada a uma lógica mercadológica que transforma a informação em produto e a atenção em moeda. Assim, o debate sobre o acesso à internet precisa ser ampliado: não basta garantir o acesso

em si, é fundamental questionar quais informações circulam, como circulam e a serviço de quais interesses.

Dessa forma, o risco de um ambiente digital desprovido de regulação não reside apenas na presença das fake news, mas na consolidação de um modelo de circulação informacional orientado pela busca incessante por engajamento e lucro, que fragiliza os critérios de verdade e compromete a construção de uma esfera pública democrática. Num contexto marcado por disputas narrativas e pela centralidade das mídias digitais, torna-se urgente formar sujeitos capazes de ler criticamente não apenas os conteúdos, mas as próprias lógicas que os sustentam.

A experiência contemporânea evidencia um crescente processo de mecanização das práticas sociais, no qual o consumo de informações transforma-se numa rotina quase automática. Navegar, curtir, compartilhar e reagir passam a compor gestos cotidianos realizados, muitas vezes, sem reflexão, inserindo os sujeitos, especialmente estudantes, num fluxo contínuo de conteúdos que moldam percepções, opiniões e modos de agir.

Nesse sentido, como observa Mark Fisher, o capitalismo contemporâneo atua não apenas na esfera econômica, mas também na produção de subjetividades, fomentando uma sensação difusa de que “não há alternativa”, o que contribui para a naturalização dessas dinâmicas (Fisher, 2009, p. 16).

Esse processo não ocorre de forma espontânea. As redes sociais e plataformas digitais operam sob uma lógica econômica que transforma a atenção em valor e a informação em mercadoria. Shoshana Zuboff denomina esse fenômeno capitalismo de vigilância, no qual “a experiência humana é traduzida em dados comportamentais que são utilizados para prever e modificar ações futuras” (Zuboff, 2019, p. 8). Assim, o que circula nas plataformas não resulta de neutralidade, mas de uma seleção intencional orientada por algoritmos que priorizam conteúdos capazes de gerar engajamento e, consequentemente, lucro.

No contexto educacional, os impactos dessa dinâmica são significativos. Estudantes, imersos nesse ambiente, constroem suas referências a partir de conteúdos fragmentados, rápidos e altamente mediados por critérios de popularidade, como curtidas e compartilhamentos.

O valor da informação tende a associar-se à sua circulação, e não necessariamente à sua consistência. Como aponta Sônia Meneses, vivemos um tempo em que “a adesão a determinadas narrativas se sobrepõe à verificação dos fatos”, especialmente em ambientes digitais orientados pela lógica da pós-verdade (Meneses, 2019, p. 8).

Além disso, a relação entre o real e o virtual torna-se cada vez mais imbricada. As experiências vividas nas redes não são apenas representações da realidade, mas influenciam diretamente a forma como ela é percebida e interpretada.

O virtual, nesse sentido, não se separa do social, mas constitui parte ativa na construção das subjetividades. Contudo, essa construção ocorre em um ambiente permeado por vigilância, coleta de dados e direcionamento de conteúdos, o que limita a autonomia dos sujeitos, muitas vezes sem que isso seja percebido.

A atuação dos algoritmos é central nesse cenário. Ao organizarem o fluxo informacional com base no comportamento dos usuários, eles contribuem para a formação de bolhas informacionais, nas quais os indivíduos são majoritariamente expostos a conteúdos que reforcem suas próprias crenças.

Esse processo reduz o contato com a diversidade de perspectivas e fortalece visões de mundo consolidadas, dificultando o exercício do pensamento crítico. Para Douglas Kellner, a educação midiática torna-se fundamental porque “os meios de comunicação são formas poderosas de pedagogia cultural”, moldando valores, identidades e visões de mundo (Kellner, 2001, p. 9).

Assim, a mecanização extrapola o campo do trabalho e alcança a própria forma de pensar e relacionar-se com o mundo. O sujeito, inserido num sistema de estímulos constantes, tende a reagir mais do que refletir, consumindo informações em ritmo acelerado e com pouca mediação crítica. Paralelamente, essa dinâmica é sustentada por um modelo de vigilância que coleta dados, antecipa comportamentos e direciona experiências, reiterando o que Zuboff identifica como uma nova forma de poder baseada na previsão e modulação das condutas (Zuboff, 2019, p. 11).

Diante desse cenário, revela-se fundamental desenvolver uma abordagem educativa que ultrapasse o uso instrumental das tecnologias. Trata-se de fomentar uma

consciência crítica sobre o funcionamento das mídias digitais, permitindo que os estudantes compreendam que o que veem, consomem e compartilham integra uma estrutura maior de poder e interesses. Nesse sentido, como sugere Kellner, a educação deve possibilitar que os sujeitos “leiam criticamente a mídia e compreendam seus códigos, ideologias e efeitos” (Kellner, 2001, p. 15).

Portanto, refletir sobre a relação entre educação, mídias e sociedade implica reconhecer que a formação das mentalidades hoje necessariamente ocorre no ambiente digital. Nesse contexto, a tarefa educativa amplia-se: não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de formar sujeitos capazes de interromper o automatismo, questionar as mediações e compreender criticamente o mundo, tanto no real quanto no virtual.

De acordo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil (2023), 88% dos estudantes entre 9 e 17 anos possuem perfis em plataformas digitais, e 77% deles acessam essas redes várias vezes ao dia, refletindo um consumo intenso e fragmentado de informações (CGI.br, 2023). Embora essa frequência indique alta circulação de conteúdos, estudos revelam que uma grande parcela desses jovens possui baixa prática de verificação de fontes.

Apartir da pesquisa de Silva (2006) os Dados coletados junto aos estudantes da Escola Estadual Marçal de Souza Tupã-Y em Campo Grande - MS para a pesquisa sobre as percepções dos estudantes sobre uso de redes sociais e desinformação entre os 157 estudantes entrevistados revelou que que 89,8% dos estudantes consideram “muito importante” aprender a identificar desinformação, o que demonstra uma conscientização crescente sobre o risco de notícias falsas, mas essa consciência ainda não se traduz, na prática, na verificação rigorosa das fontes.

Apenas 15% afirmam verificar a origem das notícias regularmente antes de aceitá-las como verdade, ressaltando uma baixa prática de checagem padrão que confirma a necessidade de ações pedagógicas específicas para fortalecer o letramento midiático.

Além disso, a frequência de uso de redes sociais diariamente, registrada em 77,1%, aliado ao alto interesse em participar de oficinas de letramento, indica uma dupla dinâmica: por um lado, alta circulação de informações rápidas e fragmentadas; por outro,

potencial de engajamento em práticas de análise crítica, se apoiadas por estratégias adequadas.

Por fim, uma pesquisa internacional do *Reuters Institute* (2023) aponta que cerca de 70% dos jovens de 18 a 24 anos consomem notícias por meio de redes sociais, onde a verificação da fonte é, muitas vezes, negligenciada, reforçando o cenário de circulação de desinformação com baixo nível de checagem. Essa tendência encontra eco no comportamento dos estudantes da sua pesquisa, que, apesar de conscientizados, ainda precisam desenvolver habilidades práticas de avaliação de fontes para atuar como consumidores críticos de informação digital.

Frente a um cenário em que a realidade se impõe por meio de crises ambientais, desigualdades sociais e uma sensação difusa de esgotamento, torna-se cada vez mais urgente pensar em caminhos que tensionem essa aparente inevitabilidade. Se, como aponta Mark Fisher, vivemos sob o domínio de um realismo capitalista que limita a imaginação e naturaliza o presente, o desafio não é apenas compreender essa condição, mas criar brechas capazes de deslocá-la.

Tabela: Perfil e percepções dos estudantes sobre uso de redes sociais e desinformação

Variável	Dados coletados	Descrição/Observação	Fonte
Faixa etária	52,9% de 14 a 16 anos; 44,6% de 17 a 18 anos; 1,9% com 19 ou mais	Distribuição equilibrada na faixa escolar	Silva, 2006; p. 79-80.
Gênero	50,3% masculino; 47,8% feminino	Amostra quase homogênea	Silva, 2006; p. 80.
Trabalho	74,5% conciliam trabalho e estudo à noite	Maioria com rotina de estudos e trabalho	Silva, 2006; p. 80.
Frequência de uso das redes sociais	77,1% acessam várias vezes ao dia	Alto nível de inserção nas plataformas digitais	Silva, 2006; p. 80-81.
Redes sociais mais utilizadas	YouTube, Instagram e TikTok predominantes	Sites de maior circulação e consumo de conteúdo	Silva, 2006; p. 81.
Visão sobre o Nazismo	68,9% sabem o que foi o Nazismo	Conhecimento razoável, porém, superficial	Silva, 2006; p. 82.
Confiança nas informações das redes	47,8% avaliam com nível 3 de confiança	Postura de cautela e ambivalência	Silva, 2006; p. 80-83.
Conhecimento sobre "desinformação histórica"	81,1% afirmam saber o que significa	Reconhecimento da questão, mas com necessidade de aprofundamento	Silva, 2006; p. 83-84.

Variável	Dados coletados	Descrição/Observação	Fonte
Interesse em oficinas de letramento midiático	50,3% talvez; 31,8% sim; 17,8% não	Interesse moderado a alto, potencial para ações educativas	Silva, 2006; p. 84-85.

A circulação de desinformação entre estudantes ocorre em ritmo intenso e fragmentado, reforçada pela predominância do consumo diário de conteúdos rápidos e muitas vezes não verificados.

Apesar da crescente consciência da importância de desenvolver habilidades de avaliação de fontes, os dados mostram que há espaço para ações pedagógicas que promovam práticas de verificação e reflexão crítica, fortalecendo a autonomia informacional dos jovens em ambientes digitais.

É nesse contexto que a educação midiática, conforme proposta por Douglas Kellner, assume papel central. Para o autor, não basta que os sujeitos tenham acesso às mídias; é necessário desenvolver uma leitura crítica capaz de compreender como elas produzem significados, constroem narrativas e influenciam comportamentos. Segundo Kellner, a educação midiática deve possibilitar que os estudantes “aprendam a analisar criticamente as formas culturais e a compreender como a mídia molda identidades, valores e visões de mundo” (Kellner; Share, 2008, p. 5).

Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante quando consideramos que os jovens estão imersos em um ambiente digital que não apenas informa, mas também organiza suas experiências. As plataformas, atravessadas por lógicas mercadológicas e tecnopolíticas, operam na seleção do que é visível, desejável e legítimo.

Nesse cenário, como já discutido, a sensação de ausência de alternativas e o conformismo aparente não são dados naturais, mas efeitos de um processo contínuo de formação de subjetividades.

A dissertação de Silva (2026) destaca a importância da educação midiática como estratégia fundamental para enfrentar os desafios impostos pela circulação de desinformação e negacionismo no ambiente escolar. Para a autora, a educação midiática vai além do ensino de habilidades técnicas de navegação na internet; trata-se de uma

abordagem crítica que visa formar cidadãos capazes de compreender as múltiplas dimensões das mensagens midiáticas, seus interesses políticos e econômicos, e os efeitos que exercem sobre a construção da opinião pública.

No contexto escolar, essa perspectiva propõe uma mudança de paradigma na prática pedagógica, estimulando reflexão, criticidade e responsabilidade na relação dos estudantes com os conteúdos históricos.

Os estudos revisados indicam que a educação midiática deve promover competências para identificar discursos manipuladores, avaliar a credibilidade das fontes, confrontar narrativas conflitantes e construir interpretações fundamentadas. Assim, contribui para o desenvolvimento de uma postura ética e consciente diante do consumo de informações, promovendo autonomia cognitiva e social.

EXEMPLOS CONCRETOS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE PODEM SER IMPLEMENTADAS NO CONTEXTO DO ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Oficinas de letramento midiático, que envolvem análise crítica de notícias falsas e construção de narrativas baseadas em fontes confiáveis, mostraram-se eficazes para ampliar a autonomia crítica dos estudantes, promovendo a capacidade de identificar e desmistificar desinformações sobre temas sensíveis como o Nazismo.

Projetos interdisciplinares de verificação de fatos, nos quais os estudantes utilizam ferramentas de checagem, como sites de fact-checking e bancos de dados acadêmicos, para investigar conteúdos históricos controversos, promovendo uma aprendizagem integrada entre história, linguagem e tecnologias digitais.

Uso de plataformas educativas interativas, como Moodle, Google Classroom ou Quizlet, que estimulam o pensamento crítico por meio de atividades de leitura, interpretação de fontes, debates virtuais e produção de mapas mentais, fortalecendo a autonomia e o senso crítico na análise de conteúdos históricos.

Dinâmicas de análise de fontes primárias e secundárias, incluindo vídeos, podcasts e textos históricos, onde os estudantes são conduzidos a questionar a origem, os interesses

e as possíveis distorções presentes nos materiais utilizados, promovendo uma postura investigativa.

Desafios de produção colaborativa de conteúdo, como a criação de podcasts, vídeos ou infográficos, orientados por críticos de fontes e orientações sobre verificabilidade, nos quais os alunos elaboram narrativas que combinem criatividade com rigor acadêmico, fortalecendo sua autonomia na produção de conhecimentos confiáveis.

Essas práticas, ao integrar o uso de tecnologias digitais, análise crítica e interatividade, promovem uma formação mais autônoma e reflexiva, capaz de enfrentar os desafios da desinformação digital em torno de temas históricos como o Nazismo

A oficina apresentada pela dissertação como intervenção pedagógica reforça essa visão por meio do desenvolvimento de oficinas de letramento midiático, focadas na análise crítica de conteúdos digitais, reconstrução histórica baseada em fontes confiáveis e autoria de relatos que multipliquem conhecimentos.

Para a autora, o ambiente escolar deve constituir-se como espaço de formação de agentes críticos, capazes de acompanhar a velocidade e complexidade das mídias digitais, resistindo a narrativas simplistas, sensacionalistas ou ideologicamente tendenciosas.

Dessa forma, a educação midiática na escola aparece como ferramenta indispensável para fortalecer a democracia, promover a cidadania e combater a circulação de informações falsas ou distorcidas. Ao integrar teoria, prática e diálogo, o espaço escolar torna-se palco de resistência e produção de conhecimento, preparando os estudantes para atuarem de forma ética, crítica e responsável na sociedade contemporânea.

A educação midiática, nesse sentido, não se limita ao ensino do uso de ferramentas digitais, mas configura-se como prática de desnaturalização. Visa possibilitar que os estudantes compreendam que aquilo que aparenta ser espontâneo os conteúdos que consomem, as tendências que seguem, os valores que reproduzem estão inseridos em estruturas mais amplas de poder, envolvendo interesses econômicos, políticos e culturais.

Além disso, Kellner propõe uma abordagem que articula análise crítica e produção, reconhecendo os estudantes não só como consumidores, mas como sujeitos

capazes de produzir e disputar narrativas. Essa dimensão é fundamental, pois desloca o estudante da posição passiva para uma atuação ativa no campo comunicacional. Ao produzir, interpretar e questionar, o sujeito percebe que a realidade midiática não é fixa, mas construída e, portanto, passível de intervenção.

Nesse ponto, a educação midiática dialoga diretamente com a necessidade de enfrentar os efeitos psicológicos e sociais do capitalismo contemporâneo. Ao compreender as lógicas que sustentam a cultura da performance, visibilidade e consumo, os estudantes podem ressignificar suas próprias experiências, reconhecendo que sentimentos como ansiedade, insuficiência e insegurança não são falhas individuais, mas respostas a um ambiente estruturado por exigências constantes.

Mais do que isso, a proposta de Kellner abre espaço para a recuperação da imaginação crítica. Se o realismo capitalista restringe o campo do possível, a educação midiática pode funcionar como movimento de reabertura, em que outras formas de pensar, sentir e existir voltam a ser consideradas. Trata-se de um processo que não oferece respostas prontas, mas cria condições para que os estudantes formulem perguntas e, a partir delas, construam novos olhares sobre o mundo que habitam.

Assim, em um contexto marcado pela articulação entre capitalismo tardio, colonialismo de dados e tecnopolíticas, a educação midiática se apresenta não apenas como ferramenta pedagógica, mas como prática política. Ela permite deslocar o olhar do consumo acrítico para a análise consciente, da naturalização para o questionamento, da passividade para a participação. Em última instância, configura-se como convite a interromper o funcionamento automático e reinscrever a experiência no campo da reflexão condição fundamental para que o presente possa, de fato, ser transformado.

REFERENCIAS

AMADEU, Sérgio. **Tudo sobre tod@s:** redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ATHENA IA. **Assistente virtual de revisão e aprimoramento textual baseado em inteligência artificial.** [S.l.]: Edisoft, 2024. Disponível em: <https://athena-ia.it/>. Acesso em: 12 set. 2026.

BERNAYS, Edward. **Propaganda.** São Paulo: Cultrix, 2005.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. **Critical Media Literacy, Democracy, and the Reconstruction of Education.** In: MACEDO, Donaldo; STEINBERG, Shirley (org.). *Media Literacy: A Reader.* New York: Peter Lang, 2008.

MENESES, Sônia. **Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade.** *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 1-20, jan./jun. 2019.

OPENAI. ChatGPT. **Modelo de linguagem baseado em inteligência artificial generativa.** [S. l.]: OpenAI, 2026. Disponível em: ChatGPT. Acesso em: 12 set. 2026.

SILVA, Mayara Regina da. **80 anos depois: disputas históricas sobre o nazismo nas plataformas digitais (2020–2025)** 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação, com área de concentração em História) - Programa ProfHistória, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2026.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo.**

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Submissão: julho de 2026. Aceite: agosto de 2026. Publicação: outubro de 2026.